

A CARTILHA *GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA COM OS MANDAMENTOS DA SANTA MADRE IGREJA* (1539), O COMPÊNDIO DE DOCTRINA CRISTÃ DE LUY DE GRANADA (1559), O COMPÊNDIO DE DOCTRINA CRISTÃ NA LINGUA PORTUGUESA E BRASILICA DE JOAM PHELLIPE BETTENDORFE (1678) E O ENSINO DA LEITURA NO BRASIL DO SÉCULO XVI

Silvia Aparecida Santos de Carvalho¹

Resumo: Na missão jesuítica do Padre Manoel da Nóbrega, iniciada em 1549, não se tem notícias de quais materiais escritos orientaram o ensino de leitura e doutrina cristã nas escolas de ler e escrever, implementadas por ele, nas capitâneas da costa brasileira. Contudo, é possível encontrar algumas pistas de como esse ensino foi ministrado pelos padres jesuítas, nessas escolas. A partir de um exame da Cartilha de João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539), do *Compêndio de Doutrina Cristã* de Luys de Granada (1559) e do *Compêndio de Doutrina Cristã na Lingua Portuguesa e Brasilica* de Joam Phellipe Bettendorfe (1678), o presente estudo pretende demonstrar como o ensino da leitura junto à doutrina católica foi ministrado apontando possíveis práticas de ensino de leitura desenvolvidas pelos padres jesuítas durante a missão do Padre Manoel da Nóbrega, no Brasil, do século XVI. Tomaremos como referenciais os estudos produzidos no campo da história da leitura, do livro e do impresso.

Palavras-chave: Cartilhas; leitura; jesuítas.

Introdução

Ao final da Idade Média, quando as burguesias urbanas em formação desejavam adquirir as competências de leitura e escrita para melhor organizarem seus negócios e para terem acesso às Escrituras Sagradas - preocupação decorrente do debate religioso da época produzido na efervescência das reformas protestante e católica - podemos identificar, conforme nos indica Hebrard (1990), a origem de práticas institucionais de ensino das primeiras aprendizagens.

Para os reformistas luteranos era fundamental difundir a competência de leitura a fim de garantir o acesso às Escrituras sem os intermediários católicos e beneficiados pela imprensa, divulgavam a Bíblia impressa em língua vulgar.

Para os contra reformistas, o Concílio de Trento reorientou a importância de difusão da leitura no combate às heresias protestantes e, não obstante a aversão da Igreja Católica à impressão das Escrituras Sagradas em língua vulgar, uma espécie de livro se beneficiou da arte de impressão: as Cartilhas para aprender a ler. Conforme Magalhães (1994), essas cartilhas pretendiam divulgar a doutrina, ao modo católico, com lições de leitura. Elas vieram na bagagem dos viajantes rumo às colônias para garantir a conversão religiosa de outras populações.

Na missão jesuítica do Padre Manoel da Nóbrega, iniciada em 1549, nas capitâneas da costa brasileira, não se tem notícias de quais materiais escritos orientaram o ensino de leitura e doutrina cristã nas escolas de ler e escrever implementadas por ele.

Entretanto, é possível encontrar algumas pistas de como esse ensino foi ministrado nessas escolas. A partir de um exame da Cartilha de João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539), do *Compêndio de Doutrina Cristã* de Luys de Granada (1559) e do *Compêndio de Doutrina Cristã na Lingua Portuguesa*

¹ Grupo de Pesquisa ALLE/AULA – UNICAMP-SP. E-mail: silviacarvalho1@gmail.com.

e *Brasilica* de Joam Phellipe Bettendorfe (1678), o presente estudo pretende demonstrar como o ensino da leitura junto à doutrina católica foi ministrado apontando possíveis práticas de ensino de leitura desenvolvidas pelos padres jesuítas durante a missão do Padre Manoel da Nóbrega, no Brasil, do século XVI. Tomaremos como referenciais os estudos produzidos no campo da história da leitura, do livro e do impresso.

A Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja

Quando o Padre Manoel da Nóbrega prescreve, em suas cartas, a destruição da língua do índio, entendendo-a como língua da falta por manifestar a ausência das letras necessárias para escrever as palavras *Fé, Lei e Rei*, determina, por sua vez, a necessidade de substituí-la pela língua que revela a palavra divina, no caso, a língua portuguesa².

Contudo, ao defender a tese tridentina de que o índio possui alma, pois é portador das faculdades de entendimento, memória e vontade, Nóbrega, em sua narrativa, não identifica, na língua da falta, a ausência da luz natural da graça. Por isso, falar, ler e escrever o português será necessário para preencher a carência que é produzida na alma indígena.

Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingua e il-os doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua lingua as orações e algumas praticas de Nosso Senhor e não posso achar lingua que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocabulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem que nesta terra se criou de moço, o qual agora anda mui occupado em o que o Governador lhe manda e não está aqui. Este homem com um seu genro é o que mais confirma as pazes com esta gente, por serem elles seus amigos antigos. (Cartas do Brasil, 1931, p. 73)

Não se tem notícias de quais materiais escritos orientaram o ensino de leitura e doutrina cristã nas escolas de ler e escrever de Nóbrega. Entretanto, algumas pistas podemos encontrar quando recuperamos o estudo de Justino Magalhães (1994), já mencionado aqui.

Quando Magalhães (1994) identifica que, não obstante, a cultura manuscrita do século XVI português e a aversão da Igreja Católica à impressão das Escrituras, em língua vulgar, uma espécie de livro se beneficiou da arte de impressão - as cartilhas para aprender a ler - indica, também, a Cartilha de João de Barros, publicada já em 1540, a qual nos foi possível o acesso.

O exame desta cartilha torna-se interessante pelas próprias informações que Magalhães nos fornece e nos faz supor que, se não utilizada na obra missionária de Nóbrega, seu conteúdo e método de ensino poderiam ser semelhantes ao procedimento dos padres encarregados deste ensino, aqui no Brasil. Conforme o autor já nos informou, as cartilhas, impressas na época, destinavam-se, particularmente, ao ensino dos meninos e seguiam o *método do ABC*. Eram livros que pretendiam divulgar a doutrina, ao modo católico e sua difusão garantia, aos prelados, a divulgação da palavra sagrada conforme as orientações da igreja católica, tanto no ensino

² A prescrição de Nóbrega que pressupõe a língua do índio como língua da falta de certo modo articula-se à formulação de Pero de Magalhães Gândavo (1980, p. 51) “A língua deste gentio toda pela Costa he, huma: carece de três letras – silicet, não se caha nella, F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente”. Entretanto Gândavo discorda de Nóbrega quando desenvolve, a partir desta formulação, a tese de que o índio não tendo as noções de Deus, de Lei e de Rei, não é portador da luz natural da graça, que ilumina as ações e o entendimento. Assim o índio, não sendo semelhante da humanidade cristã, são “escravos por natureza”.

ministrado por eclesiásticos como no ensino ministrado pelos mestres das escolas. Outra informação importante é de que essas cartilhas foram na bagagem dos viajantes rumo às colônias, a fim de garantir a conversão religiosa de outras populações.

A Cartilha de João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539) editada por Luis Rodrigues, raridade que se conserva na Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, em sua edição fac-similar de 1996, reproduzida em Comemoração ao V Centenário do Descobrimento do Brasil e dos Descobrimientos Portugueses traz na capa o seu título, a figura de um mestre sentado, segurando uma espécie de lição contendo as letras ABCD, rodeado de jovens e em especial um lhe apontando um escrito em um livro parecendo lhe mostrar uma lição, a indicação da autoria de João de Barros logo abaixo da figura e a indicação de Edição Fac-similar a altura do rodapé da capa.

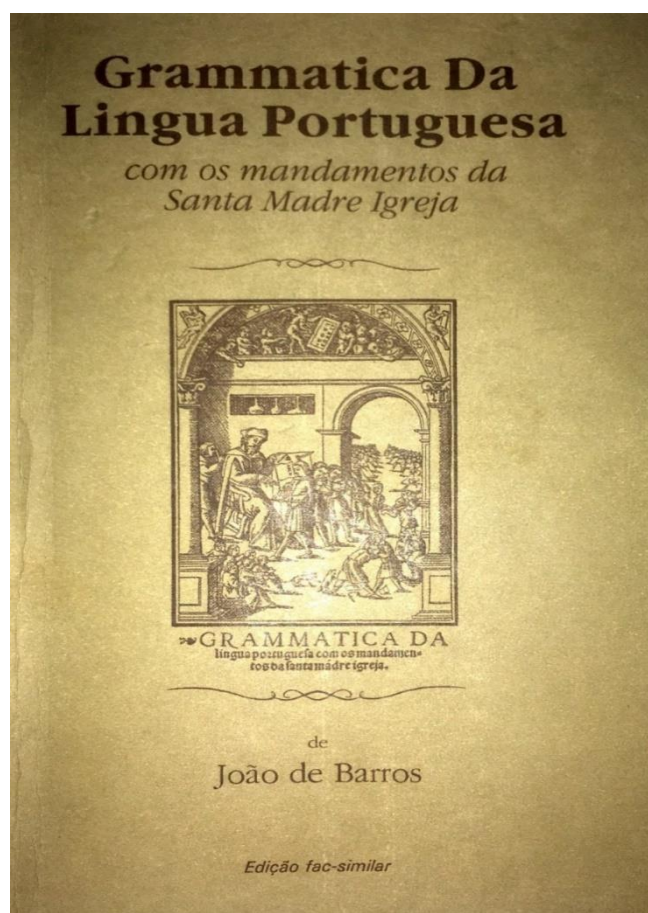


Figura 1 – Capa da Cartilha *Grammatica da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* – Edição Fac-similar - 1996

Na página de rosto encontramos o título, a autoria de João de Barros, a menção da Edição Fac-similar e mais abaixo a indicação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura – Departamento Nacional do Livro – 1996.

Na segunda página, além da ficha catalográfica, repetem-se as indicações da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Biblioteca Nacional. Somam-se a elas a informação de que o exemplar original da obra encontra-se depositado na Fundação Biblioteca Nacional e que respondem pela Capa e Diagramação, Daniella Maceno e Hugo de Carvalho e pela Digitalização, Rodrigo Prates.

Na página 3 e 4, Ronaldo Menegaz, Coordenador de Acervos Especializados da Fundação Biblioteca Nacional apresenta a obra reproduzida em 1996 informando que ela “...é parte de um conjunto mais amplo de obras pedagógico-grammaticais de João de Barros, constituído pela *Grammática*, pelo Diálogo em louvor de nossa linguagem e pelo *Diálogo da Viciosa Vergonha*,”

Na página 5 figura estampada na Capa é repetida em tamanho maior, ocupando a extensão total da página. O Fac-simile apresenta as dimensões de

Nas páginas 6, 7 e 8 segue dedicatória do autor ao Príncipe Dom Felipe, que aparece com seu nome riscado e ao lado um manuscrito indicado Ioam (João).

Iniciam-se, então, na página 9, as lições com uma *Introdução para aprender a ler*. Não apresenta exercícios de escrita. E aqui cabe lembrar as considerações de Viñao Frago (1992) quando indica que, na Espanha católica do século XVI, o processo de alfabetização foi desenvolvido, marcadamente, contra o investimento protestante. Se o protestantismo era a religião do livro, difundido em língua vulgar, que demandava a necessidade de difusão da competência de leitura e escrita, o catolicismo era a religião que doutrinava a partir da oralidade, do visual, do ouvido e da imagem. O que resultou num tipo de ensino que privilegiou a memória e a voz. Talvez, escrever não fosse tarefa tão importante para os católicos, porque as Escrituras não deveriam ser reescritas. Elas deveriam ser apenas lidas. Por isso, então, privilegiadamente o ensino de leitura.

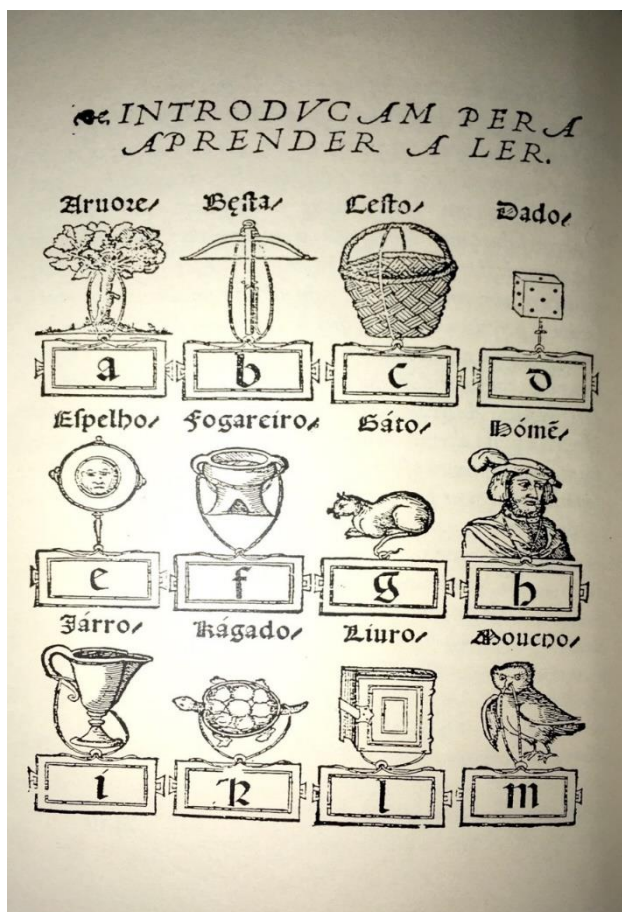


Figura 2 – Lição da Cartilha *Grammatica da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* – Edição Fac-similar - 1996

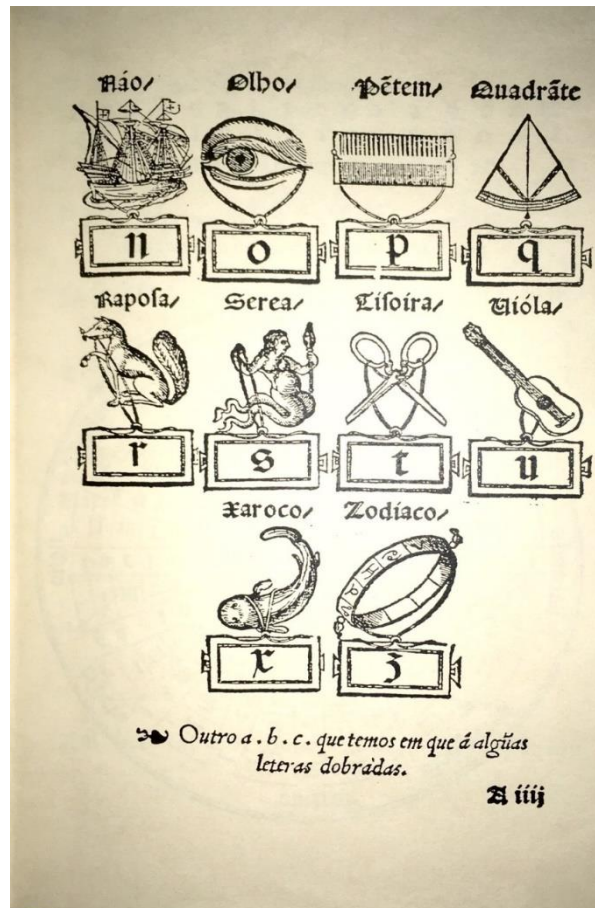


Figura 3 – Lição da Cartilha *Grammatica da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* – Edição Fac-similar - 1996

Na Cartilha de João de Barros, o método utilizado é o de soletração. Primeiramente, o autor apresenta as letras do alfabeto, juntamente com um desenho e a escrita da palavra, que é precedida da referida letra, por exemplo, *L* de Livro ou *N* de Nau ou, ainda, *S* de Sereia e *Z* de Zodiaco. Depois apresenta somente as vogais. E segue, compondo as sílabas formadas por duas letras, depois por três letras, em seguida por quatro letras e, por fim, sílabas próprias da língua portuguesa: nha, lha, cha.

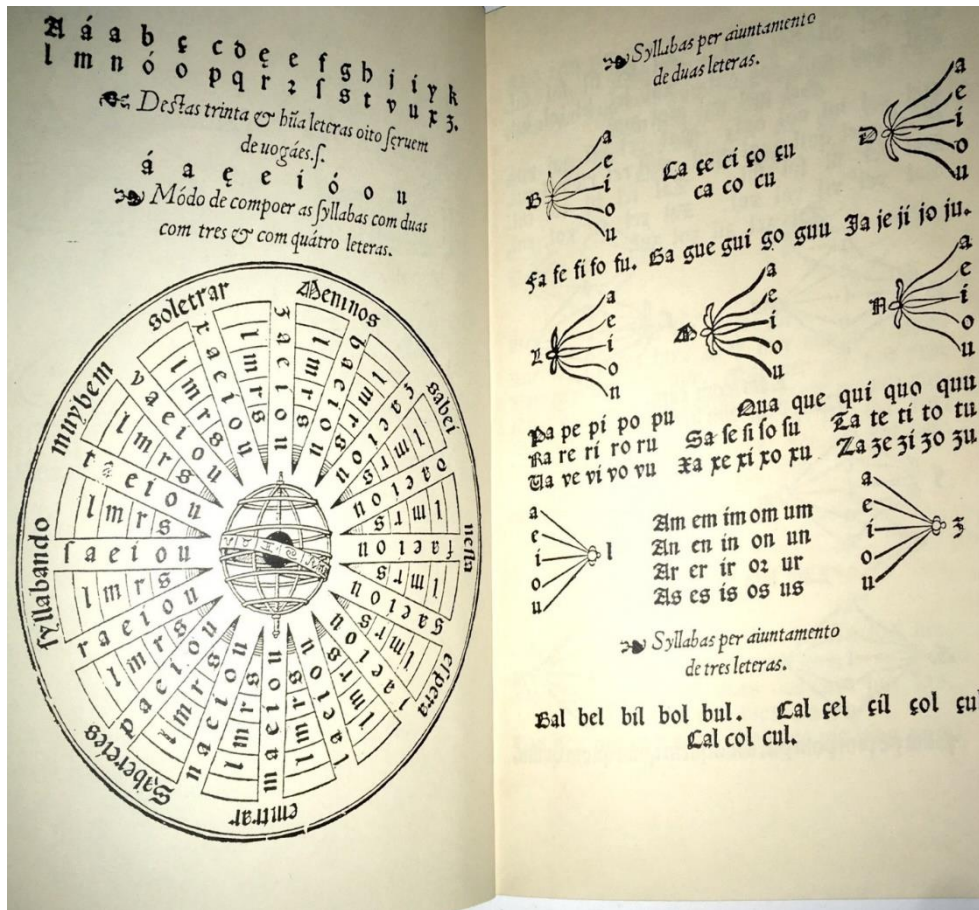


Figura 4 – Lição da Cartilha Grammatica da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja – Edição Fac-similar - 1996

O autor, ainda, esclarece a importância de apresentar a maior variedade de sílabas, mesmo que estas não sejam comuns na língua portuguesa.

Dado que em nossa linguagem não sirvam algumas destas silabas, assim as terminadas em consoante como as ditongadas, falando e escrevendo aconteçam poucas vezes, não me pareceu sem fruto por exemplo delas, cá todas servem assim no latim como em outras linguagens. E o trabalho que nestas levar, fará grande proveito para os meninos: cá lhe faz a língua tão solta e acostumada a esta generalidade de sílabas que se não impeça a pronunçiação da lições... (Barros, 1996).

Após essas orientações o autor inicia a apresentação da doutrina cristã como uma segunda parte da Gramática da Língua Portuguesa que não estabelece, ao menos diretamente, relação alguma com a primeira. O aprendiz, inicialmente, deve compreender como se lê, genericamente, sem antecipar nenhum tema da doutrina que irá ser ensinada. O que nos faz pensar que se o ensino de leitura era vinculado ao ensino de doutrina, é preciso dar rigor ao modo como este vínculo se estabeleceu.

Parece que os católicos precisaram ensinar a leitura a seu modo - ler para, ao contrário dos protestantes, preservar as Sagradas Escrituras. Por isso, era suficiente adquirir um instrumental genérico que possibilitasse o acesso a doutrina católica e sua preservação. Aprender a ler, pelo método da soletração, serviria para, primeiro, compreender o valor sonoro

de cada letra para que depois, ao juntar as letras já conhecidas, fossem aprendidas as sílabas que, posteriormente, seriam lidas na composição da palavra católica.

Para iniciar o ensino de doutrina o autor apresenta sob o título *Preceitos e mandamentos da igreja com algumas doutrinas católicas em que os meninos devem ser doutrinados* as orações - Pai Nosso, Ave Maria, Credo, os Artigos de Fé, Salve Rainha. Depois seguem os dez mandamentos, os mandamentos da igreja, os sete sacramentos, as obras de misericórdia, as sete virtudes teológicas e morais, os dons e frutos do Espírito Santo, os pecados capitais. Por fim, o autor encerra a cartilha, apresentando os significados e as partes que compõe a missa, uma parte do evangelho de São João e quatro orações finais. Apresenta, também, quais são os dias santos durante todo o ano.

O Compêndio de Doutrina Cristã

O *Compêndio de Doutrina Cristã*, escrito por Luys de Granada na época da missão de Nóbrega no Brasil, 1559, explicita um exemplo de como o ensino de doutrina cristã, em língua portuguesa, foi prescrito. Nesse compêndio, verificamos uma atenção destinada às três faculdades da alma que, conforme o autor, eram essenciais na composição da alma do verdadeiro cristão.

Granada, primeiramente, apresenta, numa espécie de introdução, as partes principais desse ensino:

Vista a necessidade que temos de saber a doutrina cristã, vejamos agora quais sejam as partes principais dela, e como se haja de ensinar. Todos sabem que quatro são as principais partes desta doutrina: convêm saber, Artigos de fé, Mandamentos, Oração e Sacramentos: mas a razão e a necessidade dessas partes não a sabem todos e é coisa digníssima de ser sabida: antes sem ela não se pode fazer nada. (Granada, 1559).

E segue justificando que essas partes são fundamentais para a formação de um verdadeiro cristão e que para sabê-las é preciso que o aprendiz seja dotado da alma que revela as faculdades do entendimento, memória e vontade.

Pois para isto é de saber que três coisas se requerem para ser um verdadeiro cristão: que são Querer, Saber e Poder. As que são de tal maneira necessárias que uma sem a outra não basta. Porque primeiramente é necessário que o cristão queira de toda a vontade e coração servir a Deus e guardar seus santos mandamentos e que esteja tão persuadido nesta parte, que ainda que haja outras mil maneiras de vidas e caminhos no mundo, se determine para só este. O segundo se regre depois desta determinação, que saiba quais são estes mandamentos e quais as coisas em que há de agradar e servir ao Nosso Senhor. Porque (...) se não soubesse como e em que coisas o ei de servir, ali tão pouco poderia desejar eu servir a Deus, se não soubesse em que o ei de servir. O terceiro que depois disto se regre é poder: porque posto que eu esteja determinado de o servir e saiba em que o ei de servir e não tendo forças nem possibilidades para isto (por exercer a coisas que me mandam a faculdade e poder de minha natureza) pouco me aproveitaria o crer e o saber se me faltasse o poder. (Granada, 1559).

Será necessário *Querer* - ter a vontade -, *Saber* - ter o entendimento -, e ter o *Poder* - ter a memória do verbo interior; faculdades perdidas pela degradação das línguas na Torre de Babel (cf. Hansen, 1995) que poderão, por sua vez, ser recuperadas pelo ensino de doutrina cristã em língua portuguesa.

Granada, ainda nesta espécie de introdução, ocupa-se também em estabelecer uma relação entre as faculdades do entendimento, da memória e da vontade com as partes essenciais que deverão ser ensinadas. Desse modo o ensino de doutrina é justificado pela possibilidade que tem de desenvolver essas três faculdades.

Porque com os artigos da fé inclina (...) nossos corações ao amor e obediência de nosso senhor: proporcionando-lhes para isto tão grandes (...) temores, tão grandes favores (...), tão grandes obrigações e benefícios da parte de Deus: que a menos coisa destas que atentamente considera-se, era bastante para roubar todos os corações e levá-los após si. (Granada, 1559).

Com o ensino dos Artigos de Fé será possível desenvolver a faculdade da vontade. Se o aprendiz “crer em Deus Pai todo poderoso, criador do céu e da terra”, conforme Granada, terá vontade necessária para tornar-se cristão.

Com o ensino dos Mandamentos, será possível desenvolver a faculdade do entendimento.

Ao segundo que é o saber (?) com a doutrina dos mandamentos, ensinando-nos ali as fontes de toda virtude e justiça: declarando-nos distintamente que havemos de fazer para agradar nosso senhor e merecer tua amizade. E para maior declaração desses mandamentos se acrescentar todas as espécies e maneiras de pecado que se podem fazer contra eles, assim daqueles sete que chamam capitais como de todos os demais. (Granada, 1559)

Conhecer o mandamento “Amar a Deus sobre todas as coisas” e entender a importância de não cometer os pecados capitais possibilita, ao aprendiz, o entendimento de como deve ser um cristão que agrada e serve a Deus.

O ensino da Oração e dos Sacramentos tem por objetivo desenvolver a faculdade da memória, que afastada pela degradação do verbo divino, deve ser recuperada.

E porque a natureza pelo pecado ficou tão fraca e tão mal inclinada que não é poderosa (...) para guardar esta lei (por ser a lei espiritual e o homem carnal, ela retíssima, ele fraquíssimo) para isto (?) com oração e sacramentos: porque a oração tem por ofício pedir socorro da graça para o cumprimento da lei e o sacramento tem a virtude de dá-la e assim por estes dois meios se alcança esse poder que é a principal das três coisas que acima pusemos. (Granada, 1559).

Granada, ainda, hierarquiza essas três faculdades e justifica a posição que cada uma toma.

... no primeiro e mais baixo lugar pomos o saber. Porque o saber (como diz Aristóteles muito pouco aporta para a virtude). E por isto aporta tão pouco a lei do Evangelho... Ao segundo lugar pomos o querer que nos dá a fé com a grandeza dos interesses e mistérios que nos propõe. E no derradeiro (...) o poder, que se alcança pela graça: a qual nos dão os Sacramentos: porque este é o fim e o cumprimento de tudo. (Granada, 1559).

O autor segue, a partir dessas explicações, com a exposição dos Artigos de Fé, os Dez Mandamentos, os Mandamentos da Igreja, os Pecados Capitais, as Orações e os Sacramentos.

O Compêndio de Doutrina Cristã na Língua Portuguesa e Brasilica

Num tempo bastante posterior à missão de Nóbrega, outro documento dá algumas pistas do modo jesuítico de ensinar a doutrina. O padre missionário do estado do Maranhão Joam Phellipe Bettendorfe escreveu, em 1678, o *Compêndio de Doutrina Cristã na Língua Portuguesa e Brasilica*, este destinado explicitamente ao ensino dos índios. Bettendorfe, talvez, tivesse o propósito de organizar um documento para ser utilizado pelos seus companheiros de ordem e que reunisse, por sua vez, os procedimentos já aplicados em missões que o antecederam.

Com detalhes coincidentes com o tipo de ensino sugerido pela Cartilha de João de Barros e pelo Compêndio de Luys de Granada, Bettendorfe inicia esclarecendo seus objetivos.

Em que se compreendem os principais mistérios de nossa Santa Fé católica e meios de nossa salvação: ordenada a maneira de diálogos acomodados para o ensino dos índios, com duas breves instruções: uma para batizar em caso de extrema necessidade, os que ainda são pagãos; e outra, para os ajudar a bem morrer em falta de quem saiba fazer-lhe esta caridade. (Bettendorfe, 1678).

E numa espécie de introdução, informa o conteúdo que tratará em seu trabalho, intitulando-a “Advertências”.

Repartiu-se esse compêndio em duas partes. Na primeira delas se põe as orações e os mais princípios e elementos de nossa Santa Fé, com a confissão geral e o Ato de Contrição no cabo deles. Na segunda se ensinam por dois Diálogos todos os Mistérios pertencentes a Fé, Esperança, Caridade, etc. Que todo homem cristão está obrigado a saber para satisfazer ao preceito e alcançar a sua Salvação para qual Deus o criou, e os Párocos e Senhores e Amos estão obrigados a ensinar àqueles que são de sua obrigação. (Bettendorfe, 1678).

A primeira parte do ensino de doutrina apresenta os seguintes conteúdos: Sinal da Cruz, As orações: Padre Nosso, Ave Maria, Salve Rainha, Creio em Deus Padre. Depois: os Artigos de Fé, os dez Mandamentos, os Mandamentos da Igreja, os Sacramentos, os Pecados Capitais e suas virtudes contrárias, os pecados contra o Espírito Santo, as Virtudes Teológicas e Morais, os Dons e Frutos do Espírito Santo, as Obras de Misericórdia, as Bem Aventuranças, as Potências da Alma, os Sentidos Corporais, a Confissão Geral e o Ato de Contrição.

O autor, ainda na sua introdução, prescreve o modo como deve ser ensinada a doutrina.

O modo que se deve seguir em ensinar essa Doutrina é o seguinte. O Doutrineiro posto diante de todos, em lugar mais chegado ao altar, faz com eles o sinal da Santa Cruz em voz alta, clara e distinta, e diz o Padre Nosso, a Ave Maria, o Credo, Os Mandamentos da Lei de Deus e da Santa Madre Igreja Católica: os Sacramentos e as três Virtudes Teológicas com o mais que conforme as circunstâncias lhes parecer melhor. Depois disso faz as perguntas as quais responde comumente todos, tirado nos dias de domingo e festas em que se faz a Doutrina Geral depois do jantar. Acabada as perguntas se põe todos de joelhos e dizem a Confissão Geral com o Ato de Contrição. Logo entoam por três vezes duas meninas das mais devotas e bem ensinadas, o Bem Dito e Louvado Seja o Santíssimo Sacramento do Altar e a Imaculada Conceição da Sempre Virgem Maria Senhora Nossa Concebida Sem Pecado... e respondem dois meninos dos mais modestos e idôneos: para

sempre Amém; e após deles todos juntos o mesmo no mesmo tom; concluindo tudo com o sinal da Santa Cruz. (Bettendorfe, 1678).

A prescrição de Bettendorfe indica a primazia da oralidade e da memória. Não faz menção a exercícios de leitura nem tão pouco de escrita. Na segunda parte, o autor indica que deve-se proceder através de dois diálogos - perguntas e respostas já determinadas - nos quais o aprendiz demonstrará tudo o que aprendeu na primeira parte.

A partir do tipo de ensino indicado pela Cartilha de João de Barros e pelos Compêndios de Granada e Bettendorfe nada podemos afirmar sobre o ensino de escrita. Parece que a aprendizagem da escrita não era tão importante ao modo católico de instruir na língua portuguesa. Entretanto, Nóbrega noticia em sua correspondência a criação de escolas de ler, escrever e doutrina nas capitanias da costa brasileira. Como foi ministrado, então, o ensino de escrita nessas escolas, já que as fontes disponíveis referem-se apenas ao ensino de leitura e doutrina?

Conforme Serafim Leite (1952), José de Anchieta em sua Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554 fornece algumas pistas a esse respeito.

Estes, entre os quais vivemos, trazem-nos de boa vontade os seus filhos, para que os ensinemos, e sucedendo a seus pais sejam povo agradável a Cristo. Quinze batizados e muitos mais catecúmenos andam na Escola muitíssimo bem ensinados pelo seu mestre que é Antonio Rodrigues. Depois da lição da manhã rezam na Igreja as ladainhas e depois da lição da tarde cantam a Salve-Rainha e vão para suas casas. (ANCHIETA, 1554, apud LEITE, 1952, p. 5).

Conforme a correspondência de Anchieta havia a lição da manhã e a lição da tarde. Mas, como eram essas lições? Baseados nos indícios extraídos da Cartilha de João de Barros e dos Compêndios de Granada e Bettendorfe, podemos pressupor que eram lições de aprendizagem de leitura, primeiro pelo método de soletração, depois leitura da doutrina. Mas e as lições de escrita? Afirmar que as lições de escrita poderiam ser constituídas, primeiramente, pela aprendizagem da escrita das letras e sílabas e depois pela escrita - cópia da doutrina poderia ser precipitado.

Como verificamos, em nossas fontes documentais a competência de ler e, talvez, a de escrever em língua portuguesa parecia ser o instrumento essencial e preliminar que possibilitaria o aprendizado de um conteúdo que deveria ser ensinado sequencialmente: a doutrina cristã. Com o conhecimento de leitura e escrita do português, a língua da falta seria rememoriada, adquirindo, propositalmente pelo ensino de doutrina, uma cadência católica.

Mas, para além de substituir a língua da falta pela palavra portuguesa, a Cartilha de João de Barros e os Compêndios de Granada e Bettendorfe revelaram um outro objetivo que tinha o ensino de leitura, escrita e doutrina. Conforme as cartas de Nóbrega também apontaram, a convergência de conteúdos de ensino de doutrina cristã e a prescrição do método de ensino de leitura pela soletração parece cumprir a intenção de formar um índio, não apenas crente mas, sobretudo, dócil e obediente.

Depois do ensino de leitura pela soletração, o ensino de doutrina: primeiro as orações: Pai Nosso, Ave Maria, Salve Rainha e o Credo. Com o ensino destes conteúdos, o padre jesuíta parece pretender a coerção da alma e do corpo do índio, postulando a substituição de comportamentos, desarticulando e recompondo gestos e maneiras de pensar.

Na oração Pai Nosso, o índio aprende “Seja feita a tua vontade, assim no céu como na terra” (Barros, 1539). Na Ave Maria, “Santa Maria, Mãe de Deus, Roga por nós pecadores” (Barros, 1539). Na Salve Rainha,

A ti bradamos, desterrados filhos de Eva. A ti suspiramos, gemendo e chorando, neste vale de lágrimas. Eia, pois advogada nossa, volte a nós aqueles misericordiosos olhos. E depois deste desterro, nos mostra a Jesus, bendito fruto de teu ventre. Ó clemente, o piedosa, o doce virgem Sempre Maria.” (Barros, 1539).

Com o Credo,

Creio em Deus Pai todo poderoso, criador do céu e da terra (...) Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica, na comunhão dos Santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne, na vida eterna. (Barros, 1539).

A oração, ao propor a crença e a obediência e deslocar o índio para uma posição de quem clama a misericórdia por ser pecador e não cumpridor das leis divinas, opera um domínio sobre o corpo e a alma indígena, postulando uma disciplina que fabrica corpos e almas submissas, obedientes e dóceis.

Depois os Artigos de Fé. Um verdadeiro exercício de incorporação da crença católica: “Crer em um só Deus todo poderoso. Crer em Deus pai. Crer em Deus filho. Crer em Deus Espírito Santo. Crer que é criador. Crer que é Salvador. Crer que é glorificador.” (Barros, 1539).

Os Dez Mandamentos, “Amar a Deus sobre todas as coisas; Não matar; não fornicar, não desejar a mulher do próximo...” (Barros, 1539), os Mandamentos da Igreja, “Ouvir missa inteira aos domingos e festas; Jejuar, quando manda a Igreja...” (Barros, 1539), as Obras de Misericórdia, “Corporais: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir o nu (...). Espirituais: sofrer as injúrias com paciência, perdoar a quem tem errado...” (Barros, 1539) apresentam as regras que devem orientar a obediência e a submissão. Com essas regras o índio substitui o corpo pecador pelo corpo crente, disciplinado, que teme o castigo caso haja a desobediência.

Com os Sete Sacramentos: Batismo, Confissão Comunhão, Confirmação, Extrema Unção, Sacerdócio e Matrimônio, o índio incorpora um modo de viver cadenciado pelo calendário e costume cristão. A cada ritual católico que participa, desenvolve a submissão e aprende outros valores, diferentes dos seus.

É o caso, por exemplo, das Sete Virtudes Teológicas e Morais, e dos Dons e Frutos do Espírito Santo. O índio aprende valores como “Fé, Esperança, Caridade, Prudência e Temor.

Depois conhece os Pecados contra o Espírito Santo,” os Pecados Capitais e suas Virtudes Contrárias, as Bem Aventuranças. Conhece o que não é apropriado para a vida cristã.

O ensino de doutrina também explicita as Potências da Alma: Entendimento, Memória e Vontade, tão bem explicadas na prescrição de Luys de Granada e, também os Sentidos Corporais: ver, ouvir, cheirar gostar e apalpar que são sentidos dados por Deus para a salvação e seu serviço. (Barros, 1539).

Considerações finais

A comparação da Cartilha de João de Barros *Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja - 1539* com o *Compêndio de Doutrina Cristã*, de Luys de Granada (1559) e com o *Compêndio de Doutrina Cristã na Lingua Portuguesa e Brasilica*, de Joam Phellipe Bettendorfe (1678) evidencia que a seleção de conteúdos para o ensino de doutrina estava seguindo uma mesma orientação. O que nos faz pressupor que também o ensino de leitura pela soletração, ao modo como é apresentado na Cartilha de João de Barros, também poderia ser uma prática comum, no período, em terras sob domínio católico. Provavelmente, Nóbrega também aplicava o mesmo tipo de ensino em suas escolas de ler e escrever.

Todos esses conteúdos de doutrina, prescritos em nossas fontes documentais, explicitam o intuito de imprimir no corpo e na alma do índio os elementos da obediência e da sujeição, desenvolvendo a conversão católica e atendendo aos propósitos da civilização portuguesa.

Referências

BARROS, João de. 1996. *Grammatica da Lingua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*. Ed. Fac-similar de Lisboa - 1539, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

BETTENDORFE, Joam Phelippe. 1678. *Compêndio de Doutrina Christã na lingua portuguesa e brasilica*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes. (microfilme)

BRESSON, François. A leitura e suas dificuldades. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. 1996. Prefácio. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. 1987. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.

GRAFF, Harvey J. 1990. O mito do alfabetismo. *Teoria & Educação*, n. 2.

GRANADA, Luys de. 1559. *Compêndio de Doutrina Cristã*. (microfilme).

HANSEN, João Adolfo. 1995. O nu e a luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, São Paulo, n. 38.

HEBRARD, Jean. 1990. A escolarização do saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*, n. 2.

HEBRARD, Jean. 1996. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey Duval aprendeu a ler. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

LEITE, Serafim S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MAGALHÃES, Justino Pereira. 1994. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.

MAGALHÃES, Justino Pereira. 1996. Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. *Revista Brasileira de Educação*, mai./jun./jul./ago., n. 2.

NÓBREGA S. J., Pe. Manuel da. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PÉCORA, Alcir. 1999. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Alfabetización, lectura y escritura en el Antiguo Régimen (siglos XVI-XVIII). In: *Leer y escribir em España: doscientos años de alfabetización*. Madrid: Pirâmide, 1992.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.